

RBDGP
REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO E GESTÃO PÚBLICA
- ARTIGO DE REVISÃO -

Uma abordagem sobre o processo de urbanização no Brasil

Rosélia Maria de Sousa dos Santos

Diplomada em Gestão Pública, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública (FIP),
mestranda em Sistemas Agroindustriais (UFCEG) e aluna dos cursos de Especialização
em Direitos Humanos (UFCEG), Educação em Direitos Humanos (UFPB) e Gestão Pública (UEPB)
E-mail: roseliasousasntos@hotmail.com

José Ozildo dos Santos

Diplomado em Gestão Pública, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública (FIP),
mestrando em Sistemas Agroindustriais (UFCEG) e aluno dos cursos de Especialização
em Direitos Humanos (UFCEG), Educação em Direitos Humanos (UFPB) e Gestão Pública (UEPB)
Email: ozildoroseliasolucoes@hotmail.com

José Rivamar de Andrade

Professor, graduado em Letras e especialista em Língua, Linguística e Literatura
pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)
Email: rivamar_andrade@hotmail.com

Resumo: Durante séculos, o Brasil foi um país totalmente agrário. Somente quando o foco da economia foi transferido da agricultura para a indústria foi que realmente o país passou a sentir os primeiros reflexos do processo de urbanização. Somente a partir do século XVIII foi que a urbanização se desenvolveu no Brasil, atingindo sua maturidade apenas no século XIX. No entanto, embora a quantidade de cidades e o número de pessoas vivendo nelas tenham crescido de forma significativa nesse período, o índice de urbanização pouco foi alterado até o final do século XIX, somente aumentando realmente entre 1920 e 1940. A princípio, tal processo foi lento, somente se intensificando com o início da industrialização, fator que contribuiu para seu aumento. Até o início da década de 1960, a população brasileira se concentrava mais meio rural (54,9%). Na década seguinte, o Brasil já era um país predominantemente urbano (56%). Diversos fatores contribuíram para o aumento da urbanização no Brasil, dentre os quais se destaca o processo de industrialização colocado em prática no país. O aumento acelerado do processo de urbanização teve como contrapartida a geração de uma série de problemas sociais, que passaram a comprometer cada vez mais a qualidade de vida da população. A falta de planejamento traz inúmeras consequências para as cidades, atingindo, diretamente a sua população, principalmente, aquele segmento mais pobre, que sofre pela falta de infraestrutura básica e obras de saneamento. Essa situação se agrava porque os processos de urbanização estão sempre direcionadas ao atendimento das classes médias e altas, obrigando a população pobre a fixar-se nas periferias, vivendo em áreas sujeitas a riscos e sem acesso a serviços básicos como água e esgoto.

Palavras-chave: Urbanização. Espaço brasileiro. Impactos.

An approach to the urbanization process in Brazil

Abstract: For centuries, Brazil was a totally agrarian country. Only when the focus of the economy has shifted from agriculture to industry was that really the country began to feel the first impacts of the urbanization process. Only from the eighteenth century was that urbanization has developed in Brazil, reaching its maturity only in the nineteenth century. However, although the amount of cities and the number of people living in them have grown significantly in this period, the urbanization rate was little

changed by the end of the nineteenth century, only actually increasing between 1920 and 1940. At first, this process was slow, only intensified with the onset of industrialization, a factor that contributed to its increase. Until the early 1960s, the Brazilian population was concentrated more rural environment (54.9%). In the following decade, Brazil was already a predominantly urban country (56%). Several factors contributed to the increased urbanization in Brazil, among which stands out the industrialization process put in place in the country. The acceleration of the urbanization process was offset to generate a series of social problems, which are now increasingly compromising the quality of life of the population. The lack of planning has numerous consequences for cities, reaching directly to its population, mainly, that the poorest segment, which suffers from a lack of basic infrastructure and sanitation works. This situation is aggravated because the urbanization processes are always directed to the care of the middle and upper classes, forcing the poor to settle in the suburbs, living in areas subject to risks and without access to basic services such as water and sewage.

Keywords: Urbanization. Brazilian space. Impacts.

1 Introdução

Durante séculos, o Brasil foi um país totalmente agrário. Somente quando o foco da economia foi transferido da agricultura para a indústria foi que realmente o país passou a sentir os primeiros reflexos do processo de urbanização.

Abordando sobre como ocorreu esse processo Santos (2005) informa que o período de 1500 e 1720 corresponde aos ‘primórdios da urbanização’. Foi nesse período onde ocorreu o início da rede urbana brasileira com a criação das primeiras vilas e cidades, proporcionadas pela expansão da agricultura comercial e pela exploração mineral.

Somente a partir do século XVIII foi que a urbanização se desenvolveu no Brasil, atingindo sua maturidade apenas no século XIX.

No entanto, embora a quantidade de cidades e o número de pessoas vivendo nelas tenham crescido de forma significativa nesse período, o índice de urbanização pouco foi alterado até o final do século XIX, somente aumentando realmente entre 1920 e 1940, quando “a população concentrada em cidades passa de 4.500.000 de pessoas em 1920 para 6.208.699 em 1940” (SANTOS, 2005, p. 25).

Assim, percebe-se que no Brasil, a princípio, o processo de urbanização foi lento, somente se intensificando com o início da industrialização, fator que contribuiu para seu aumento.

O presente artigo tem por objetivo promover uma abordagem sobre o processo de urbanização registrado no Brasil, durante o último século.

2 Revisão de Literatura

2.1 A intensificação do processo de urbanização no Brasil

No Brasil, o processo de urbanização somente se intensificou a partir da década de 1930, quando o

Estado realizou as primeiras tentativas de romper com a dependência externa por meio da ‘substituição de importações’.

Registra Singer (2002), que naquela época, o Estado utilizou todos os instrumentos a sua disposição para assegurar uma nova divisão social do trabalho necessária para estimular o crescimento industrial, tendo, inclusive, promovido a transferência de excedente dos grupos sociais de exportação agrícola para os grupos industriais.

É importante destacar que a unificação nacional, tanto física quanto política, produzida pelo governo revolucionário instalado no país no final de 1930, proporcionando condições para uma crescente concentração do capital. Essa concentração ocorreu principalmente em São Paulo, por possuir o maior parque industrial do país formado pela cultura do café. E foi nesse Estado onde o processo de urbanização deu-se de forma mais acelerada.

Por outro lado, registra Campos Filho (1992) que o forte movimento de urbanização verificado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, produziu um grande crescimento demográfico, resultado de uma taxa de natalidade elevada e de uma queda nas taxas de mortalidade, possibilitadas pelos progressos sanitários e melhoria relativa nos padrões de vida.

Durante a Segunda Guerra, o Brasil acumulou grande saldo na balança comercial graças à venda de matérias-primas estratégicas aos países aliados, o que permitiu a acumulação de divisas. Essa situação contribuiu para intensificar o processo de urbanização. Desta forma, pode-se afirmar que a aceleração do referido processo no Brasil também esteve ligada ao aumento da industrialização.

De acordo com dados do IPEA (2001, p. 346), foi durante o período compreendido entre 1956-60 a 1975-79, denominado “fase da industrialização pesada”, que se iniciou um processo de constituição da rede urbana integrada em âmbito nacional e foi proporcionada, principalmente, pelos recursos

destinados ao setor de energia e transporte previstos no Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek e pelo capital estrangeiro.

O governo JK foi marcado por grandes investimentos no Brasil, ampliou-se o número de indústrias, tanto de metalúrgicas quanto de automotores, assinalando uma nova era na economia e no desenvolvimento do país.

A chegada de multinacionais ao país, notadamente nos anos 1950 e 1960, somente foi possível porque o Estado brasileiro desenvolveu grandes projetos nos anos 1940. A partir deste momento, deu-se um impacto maior da industrialização sobre a urbanização brasileira. Entre 1940 e 1950, o crescimento populacional total foi de 25% (BARBEIRO; CANTELE; SCHNEEBERGER, 2004).

No período de 1940 a 1950, o Brasil adquiriu um novo aspecto. Sua população ampliou consideravelmente e passou a se deslocar mais do meio rural para os grandes centros, que passaram a sentir mais fortemente os impactos da industrialização que vinha ocorrendo no país.

Observa Campos Filho (1992), que no período de 1940 a 1950, no que concerne à população urbana, o crescimento atingiu a taxa de 45%.

Analisando esses dados, percebe-se que o crescimento da população urbana foi muito superior à população total, e isto demonstra que o Brasil cada vez mais ia se tornando um país urbano. A instalação de novas indústrias também trazia para as cidades um maior número de trabalhadores, geralmente, oriundos do meio rural e das pequenas cidades.

Observa ainda Santos (2005), que regionalmente, a urbanização se mostrou bastante diferenciada. Pois, foi no Sudeste, mais modernizado e industrializado, que esse processo mais se intensificou, o mesmo não se verificando no Nordeste, no Centro-Oeste, Sul e Norte.

Entretanto, a partir de 1960, quando a população urbana no Centro-Oeste aumentou fez com que o Nordeste passasse a ocupar sozinho o posto de região menos urbanizada do país.

Apesar dessas diferenças, destaca ainda Santos (2005), que todas as regiões sofreram revigoramento no seu processo de urbanização graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território ocorridas a partir dos anos 1960, e principalmente na década de 1970.

Por outro lado, a partir da década de 1960, com o impulso dado pela intensificação da industrialização, começou a ocorrer uma inversão na quantidade de pessoas residentes na área urbana e rural. A Tabela 1, apresenta a evolução da população brasileiro, no período de 1900 a 2000.

Tabela 1 - Evolução da População Brasileira (Censo Demográfico)

DÉCADA	POPULAÇÃO
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.236.315
1950	51.944.397
1960	70.191.370
1970	93.139.037
1980	119.002.706
1991	146.825.475
2000	166.112.500
2010	190.732.694

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br.)

Analisando a Tabela 1, é possível constatar que o crescimento da população brasileira somente foi mais lento nos períodos de 1900-1920 e de 1920-1940. A partir da década de 1950, o Brasil passou a apresentar um crescimento bastante significativo em sua população, saindo de 17.438.434 habitantes, em 1900, para 190.732.694, em 2010. Ainda com base na Tabela 12, constata-se que foi período de 1980 a 1991, que a população brasileira apresentou um maior crescimento.

Até o início da década de 1960, segundo Santos (2005), a população brasileira se concentrava mais meio rural (54,9%). Na década seguinte, o Brasil já era um país predominantemente urbano (56%).

Isto ocorreu porque registraram-se alterações nas relações de trabalho no campo e na cidade, que tiveram como consequências o êxodo rural e o crescimento das cidades brasileiras. Nesse período uma grande parcela da população brasileira deixou o meio rural e instalou nas grandes cidades.

Santos e Silveira (2001) afirmam que cada vez as grandes cidades foram ampliando sua população. E, no início da década de 1990, aproximadamente 80% da população total brasileira - estimada em 146,5 milhões de habitantes, já vivia nas cidades.

Com a institucionalização das regiões metropolitanas em 1973, São Paulo e Rio de Janeiro continuaram a receber contingentes de migrantes. A população migrante dirigiu-se para as cidades das regiões metropolitanas, dando-se também o crescimento das cidades médias longe dos grandes centros.

Diversos fatores contribuíram para o aumento da urbanização no Brasil. No entanto, Singer (2002) relaciona os seguintes:

- a) a industrialização,
- b) o crescimento natural da população,
- c) a mecanização da agricultura (e mudanças nas relações de trabalho na agropecuária);

d) a busca por melhores condições de vida (mais acesso à saúde, educação, emprego).

É importante registrar que no Brasil, os processos de industrialização e urbanização coincidiram, tanto em termos socioeconômicos como espaciais, no fenômeno da metropolização, que pode ser entendido como a concentração massiva de população, produção e consumo em e ao redor de algumas poucas grandes cidades.

2.2 Urbanização *versus* problemas urbanos

O aumento acelerado do processo de urbanização teve como contrapartida a geração de uma série de problemas sociais, que passaram a comprometer cada vez mais a qualidade de vida da população.

Analisando essa situação, Guerra e Cunha (2006) relacionam os seguintes problemas urbanos que comprometem a sustentabilidade das cidades:

a) a ocupação irregular de território que faz com que haja um aumento no número de pessoas vivendo em moradias insalubres, produzindo o chamado processo de favelização;

b) a falta de saneamento básico adequado, que tem como consequência a proliferação de doenças infectocontagiosas e está diretamente ligado à mortalidade infantil;

c) a poluição hídrica (que agrava cada vez mais a escassez de água em algumas cidades);

d) a falta de coleta e destinação inadequada dos resíduos sólidos.

Estes problemas surgem porque o crescimento da população urbana não é acompanhado pela implementação de infraestrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida. Assim, como consequências, avolumam-se nos grandes centros problemas como baixos índices de saúde, educação e salários, aliados à falta de equipamentos urbanos.

Segundo Silva (1997, p. 21):

A urbanização gera enormes problemas, deteriora o ambiente urbano, provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana. A solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público, que procura transformar o meio ambiente e criar novas formas urbanas.

A falta de planejamento traz inúmeras consequências para as cidades, atingindo,

diretamente a sua população, principalmente, aquele segmento mais pobre, que sofre pela falta de infraestrutura básica e obras de saneamento. Essa situação se agrava porque os processos de urbanização estão sempre direcionadas ao atendimento das classes médias e altas, obrigando a população pobre a fixar-se nas periferias, vivendo em áreas sujeitas a riscos e sem acesso a serviços básicos como água e esgoto.

2.3 Planejamento urbano

O planejamento urbano é algo abordado por diferentes áreas a exemplo da sociologia, economia, geografia, administração e engenharia. No entanto, independentemente da área, o conceito de planejamento urbano está sempre correlacionado ao suprimento das necessidades da população, visando oferecer melhores condições de vida aos habitantes dos espaços urbanos.

Nesse sentido, Duarte (2011, p. 26), afirma que o “planejamento urbano é um conjunto de ações desejáveis para o bom desenvolvimento socioeconômico urbano”.

Desta forma, toda e qualquer ação, elaborada por corpo técnico capacitado, que privilegie a gestão do espaço urbano pode ser considerada planejamento urbano.

É importante destacar que o planejamento urbano é composto por vários planos, e que esses planos priorizam metas tecnológicas e sociais, que concretizam a gestão urbana.

Informam Barcellos e Barcellos (2004), que as metas tecnológicas e sociais para o planejamento da gestão urbana são várias e entre estas incluem:

a) o planejamento do desenvolvimento de comunidades e do futuro de cidades, regiões, setores industriais e associações profissionais;

b) o desenvolvimento de planos abrangentes de reinvenção do governo;

c) o planejamento do desenvolvimento regional;

d) a gestão de conflitos entre partes litigiosas e diversos grupos de interesse no setor público;

e) o desenvolvimento de parcerias a longo prazo com clientes, fornecedores ou agentes reguladores governamentais;

Somente através de um planejamento urbano integrado é possível corrigir os problemas gerados pela urbanização. Nesse planejamento, devem ser levadas em considerações as condições ambientais, visando à promoção da qualidade de vida da população. Noutra palavras, o processo de urbanização deve ser promovido com base na concepção de desenvolvimento sustentável, sem

comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Nas grandes cidades brasileiras, que tiveram um substancial aumento populacional, impulsionado pelo intenso êxodo rural, a carência de empregos nos setores secundário e terciário, trouxe, segundo Mota (1999), as seguintes consequências:

- a) com a expansão das favelas,
- b) o crescimento da economia informal,
- c) o aumento do contingente de população pobre.

Desta forma, percebe-se que no Brasil, o processo de urbanização sempre foi acompanhado de desequilíbrios demográficos, sociais, políticos e econômicos.

Para tentar mudar essa situação, informa Egler (2001) que a Constituição Federal de 1988 determina a elaboração do Plano Diretor como elemento definidor da política urbana no país, que deve ser elaborado pelos municípios com mais de 20.000 habitantes.

Com a obrigatoriedade da implementação do Plano Diretor, foram estabelecidas condições favoráveis para o desenvolvimento de parcerias e à abertura de espaços para o estabelecimento de novas relações entre Estado, capital e sociedade.

Outra significativa contribuição à gestão urbana foi a aprovação em 2002 do Estatuto da Cidade, que vem sendo considerado como uma grande esperança de criação de novos instrumentos e mecanismos que permitam enfrentar as desigualdades que marcam o cenário urbano brasileiro (DUARTE, 2011).

2.4 As regiões metropolitanas brasileiras

No Brasil, o crescimento da economia industrial proporcionou a criação de uma densa rede urbana, formada, segundo Santos (2005), por nove regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Essas regiões metropolitanas foram criadas por lei, observando-se parâmetros válidos à época de sua instituição. Atualmente, outras regiões urbanas merecem idêntica nomenclatura, pois o fenômeno de metropolização é mais dinâmico que a legislação.

Afirmado que o fenômeno metropolização vai muito além da definição legal, Santos (2005) considera as regiões de Brasília, Campinas, Santos, Manaus e Goiânia, como novas regiões metropolitanas e acrescenta que as regiões metropolitanas se desenvolvem com maior velocidade do que o ato de planejar o espaço. E, essa tendência gera um crescimento desordenado, implicando em impactos sociais e ambientais.

Por outro lado, informam Guerra e Cunha (2006) que o desenvolvimento metropolitano vem sempre acompanhado de problemas sociais e ambientais, tais como:

a) a carência de infraestrutura urbana: a falta de saneamento básico contribui para o aumento das doenças junto às populações mais, reduzindo a qualidade de vida dessas populações;

b) a falta de moradias e favelização: constitui um grande problema dos centros, fazendo com que as populações pobres vivam em condições subumanas;

c) a intensificação do trânsito: problema que é aumento pela falta de planejamento;

d) a ocupação de áreas de mananciais da planície de inundação dos rios, e de vertentes de declive acentuado: coloca em perigo a vida de muitas pessoas, pois estão expostas as chuvas e inundações e constantes perdem suas casas;

e) a periferização da população pobre: sem condições e sem trabalho, a população pobre se concentra na periferia das grandes cidades;

f) a poluição: produzida pela indústria e pelo aumento do lixo doméstico, que frequentemente é depositado nos rios e córregos;

g) o crescimento da economia informal: sem emprego, a população procura na informalidade sua sobrevivência.

No Brasil, principalmente nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, os problemas sociais e ambientais acima relacionados são bem frequentes.

Em São Paulo, por exemplo, cresce praticamente à revelia de um planejamento urbano, seus equipamentos de infraestrutura, moradia e transportes não atendem às demandas sociais. Esse crescimento, segundo Singer (2002) provocou intensa conurbação¹, criando uma gigantesca área urbana conhecida como 'a grande São Paulo'.

No entanto, apesar de registrar inúmeros problemas sociais e ambientais, a cidade de São Paulo não tem reduzida a importância econômica, política e social. E, embora viva hoje um processo de fuga de indústrias, continua assumindo uma vocação de polo financeiro, comercial e de serviços em geral, no país.

Por outro lado, levando em consideração os aspectos apresentados, São Paulo é a metrópole global brasileira, possuindo as principais atividades econômicas do país.

De forma singular, Santos (2005) agrupa as regiões metropolitanas brasileiras da seguinte forma:

a) Metrôpoles globais: São Paulo e Rio de Janeiro;

¹ Aglomeração formada por uma cidade e seus satélites ou por diversas cidades, área metropolitana.

- b) Metrôpoles Nacionais: Porto Alegre, Brasília, Salvador e Curitiba;
- c) Metrôpoles Regionais: Goiânia e Campinas;
- d) Centros Regionais: Manaus e Natal;
- e) Centros Sub-regionais: Santarém-PA e Piracicaba-SP.

Percebe-se que no grupo das metrôpoles globais encontram-se as duas principais cidades brasileiras, agrupando grande parte da população brasileira e o maior número de empresas/indústrias.

Nessas cidades, a urbanização tem-se caracterizado pela criação do que Santos (2005) denominou de 'circuitos da economia urbana': apresentando de um lado, a modernização tecnológica, com atividades criadas em função da mesma e dirigidas às pessoas que se beneficiam dela e do outro, o chamado 'circuito inferior', caracterizado pela multiplicidade de atividades do setor terciário e pela pequena produção manufatureira.

É importante destacar que também nessas grandes cidades brasileiras, registram-se os maiores números problemas sociais, refletindo, principalmente, nas condições de moradia, educação, saúde e segurança pública.

Avaliando o processo de urbanização no Brasil, Bessa; Borges e Soares (2002, p. 10) observam que:

O processo de urbanização, que ocorreu no Brasil entre 1940 e 1990, foi responsável por uma verdadeira 'revolução urbana', redefinindo os papéis das metrôpoles, das cidades grandes, médias e pequenas, visto que estas apresentaram importantes transformações demográficas e econômicas e, por conseguinte, criaram novas funcionalidades urbanas.

Diante dessa transformação, algumas pequenas cidades foram transformadas em cidades econômicas, assumindo também um status de 'cidades locais', diferentemente das cidades médias, que passaram a apresentar importantes especializações, assumindo um status de 'cidades regionais'. Nesse último grupo, podem ser inseridas as cidades nordestinas de Campina Grande (Paraíba), Caruaru (Pernambuco) e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Nesse mesmo período, as metrôpoles ganharam conteúdos nacionais. A cidade de São Paulo, por exemplo, tornou-se uma metrópole nacional/informacional, visto que sua "força essencial deriva do poder de controle sobre a economia e o território" (SANTOS, 2005, p. 92).

2.5 A nova tendência de urbanização no Brasil

Na década de 1990, consolidou-se no Brasil uma nova tendência de urbanização, caracterizada pela desmetropolização, ou seja, por uma reversão no crescimento das grandes metrôpoles em favor de cidades médias. Essa nova tendência vem sendo impulsionada pelo fato de que nas cidades médias, os custos de produção são menores e as condições de vida tendem a ser melhores.

Analisando esse fenômeno, Santos (2005, p. 114) destaca que:

Os mesmos números que revelam um processo de metropolização prestam-se a outra interpretação desde que demos uma prioridade ao processo de macro urbanização. Levando-se em conta uma desagregação maior da população urbana segundo o tamanho dos aglomerados, pode levar nos a conclusão de que, paralelamente ao crescimento cumulativo das maiores cidades do país estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes da população urbana. Não se trata aqui da reprodução do fenômeno da desurbanização, encontrado em países de primeiro mundo [...].

É importante destacar que a desmetropolização se difere da desurbanização pelo fato de não se buscar um estilo de vida diferente. Através dela, busca-se a eliminação dos problemas gerados pelo crescimento desordenado e desplanejado, que caracterizam as metrôpoles.

Informam Sanfeliu e Torne (2004) que desde o final da década de 1990, tem se intensificado a escolha de localizações geográficas alternativas às saturadas metrôpoles do Centro-Sul.

Desta forma, várias indústrias e empresas ligadas ao setor de serviços, vêm cada vez mais se instalando em cidades como Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto (no interior de São Paulo), Goiânia e Florianópolis. Esse mesmo processo também vem se verificando em várias capitais nordestinas, que passaram a sediar empresas nacionais e estrangeiras.

Ainda de acordo com Santos (2005), essa desmetropolização tem como principais causas:

- a) a falta de planejamento urbano,
- b) aumento da pobreza e da violência nas metrôpoles.

As metrôpoles brasileiras se desenvolveram motivadas pelos interesses imobiliários ou interesses de outras naturezas, sem levar em consideração um plano urbanístico previamente elaborado. E isto

criou uma situação caótica nas principais capitais do país e suas regiões metropolitanas, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nessas metrópoles, contornar essa situação tem sido difícil porque o processo de modernização da economia brasileira, não tem conseguido superar a pobreza e as desigualdades sociais. Por outro lado, essas desigualdades foram aprofundadas pela modernização e pela concentração de renda.

Segundo Guerra e Cunha (2006, p. 39), “quando o crescimento urbano não é acompanhado por aumento e distribuição equitativa dos investimentos em infraestrutura e democratização do acesso aos serviços urbanos, as desigualdades socioespaciais são geradas ou acentuadas”.

Em resumo, quando o processo de urbanização ocorre de forma acelerada, sem que as condições mínimas necessárias para o seu desenvolvimento sejam respeitadas, gera consequências graves, que refletem em toda a população e no meio ambiente.

Ainda tentando justificar os motivos que têm contribuído para a desmetropolização, Sanfeliu e Torne (2004) afirmam que diferentemente das metrópoles, as cidades médias se caracterizam por oferecer: sistemas mais equilibrados e estáveis em seu território; maior facilidade de gestão e exercício da cidadania; maior identidade da população com a cidade; menores problemas ambientais; menores conflitos e custos sociais; menor diversidade social e cultural e menor poder de competitividade econômica e maior dificuldade de acesso aos fluxos de informação e capital.

A desmetropolização permite uma maior aproximação da população aos serviços públicos, reduzindo os conflitos sociais e custos dos serviços públicos, facilitando a gestão.

Em termos sociais, essa nova tendência tem contribuído para a redução potencial da pobreza urbana, visto que as cidades de porte médio, quando comparadas com as metrópoles, possuem também melhores possibilidades de o setor público garantir a infraestrutura básica necessária em áreas urbanas.

Pontes (2006, p. 334) acrescenta que “as cidades médias seriam centros urbanos com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlandia”.

Assim, por poder manter relações com o mundo globalizado, as cidades médias ou intermediárias constituem-se numa nova rede geográfica superposta à que regularmente mantém com sua esfera de influência, possibilitando uma maior inter-relação com áreas rurais ou outras cidades próximas ou mais distantes sobre as quais, elas exercem uma condição de comando.

Abordando a importância socioeconômica dessa tendência, Santos e Silveira (2001) assinalam que as cidades médias não metropolitanas, vivenciam não só um crescimento populacional, mas também um surto industrial, com desdobramento nos dois circuitos da economia urbana, permitindo a diversificação da divisão do trabalho

É importante também registrar que essa nova tendência tem contribuído para a intensificação do processo de integração e ocupação do território nacional, bem como contribuído para uma melhor preservação ambiental.

4 Referências

BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna Renata e SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **História: de olho no mundo do trabalho**. História Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2004.

BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto; BARCELLOS, Luiz Fernando Pinto. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental. **Rev. FAE**, Curitiba, v.7, n.1, p.129-144, jan./jun. 2004.

BESSA, Kelly Cristine F. O.; BORGES, Gerciane Vicente; SOARES, Beatriz Ribeiro. Dinâmica sócio-econômica das ‘cidades locais’ situadas em áreas de cerrado mineiro. **Caminhos de Geografia**, v. 3, n. 5, p. 9-29, fev/2002.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 2. ed. São Paulo. Nobel, 1992.

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. 2 ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

EGLER, T. A gestão do lugar e da cidade. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Ano X, n. 2, maio 2001.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **Na rota do tempo**. João Pessoa: EPIGRAF, 2003.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília: IPEA, 2001.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu et al. **Cidades médias**: produção do espaço, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANFELIU, Carlos B.; TORNÉ, Jean. M. L. Cidades intermédias urbanização. **Cadernos de geografia**, v. 7, n. 1, p. 19-23, out-dez./2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: USP, 2005.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Artigo submetido em 20/02/2014
Aprovado em 10/03/2014